

## ***ENTREVISTA: MIN. RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR\****

---

**MINISTRO RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça\*\**

### **Apresentação**

O Programa de Memória Oral do Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul vem constituindo um Banco de História Oral que reúne um conjunto de depoimentos importantes para a trajetória do Judiciário gaúcho. As entrevistas seguem o padrão genérico do método de histórias de vida, entrecruzando-o, entretanto, com questões teóricas conectadas às pesquisas temáticas desenvolvidas pelos pesquisadores do Memorial, tais como os Juizados Especiais, os projetos intervenientes do Judiciário - como o Ronda da Cidadania -, o Juizado de Menores, as relações institucionais do Judiciário com as outras instâncias de poder na sociedade, a trajetória das lutas de classe da Magistratura, o cotidiano da prática judicante e das relações de trabalho no Judiciário, os processos marcantes, etc. A adoção de roteiros contendo perguntas de ordem temática nos parece medida necessária para que as entrevistas não sejam simples componentes de uma história narrativa - desprovida de conteúdo analítico -, personalista ou laudatória, estilos estes expressão de um risco, que pode rondar projetos de memória institucional.

Os critérios escolhidos para formar a rede de depoentes são diversificados. Ao mesmo tempo em que se procura atender à imperiosidade de ouvir os mais idosos, são selecionados aqueles depoentes cuja trajetória profissional pode representar contribuição significativa à tarefa de narração historiográfica dos temas abordados em nossas pesquisas. Além disso, procura-se alargar o leque de depoentes para além da Magistratura, ouvindo-se também funcionários e servidores. As entrevistas dos servidores têm-se demonstrado fundamentais, por

---

\* Depoimento concedido ao historiador do Memorial do Judiciário Gunter Axt, em Brasília, em 15 de maio de 2002. Textualização: Departamento de Taquigrafia do TJRS e Gunter Axt.



<http://bdjur.stj.gov.br>

---

\*\* Aposentado do cargo de ministro do STJ, a partir de 12/08/2003.

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. Entrevista: Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior. *Justiça & História: revista do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul*, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 4, p. 239-264, 2002.

exemplo, para a reconstituição do cotidiano das relações de trabalho e de convivência no interior do Tribunal de Justiça, ou, ainda, para a caracterização da trajetória histórica da Justiça Eleitoral, já que, pela condição móvel e dinâmica da Magistratura eleitoral, muitas vezes os servidores, neste caso, conseguem transmitir uma visão mais orgânica da administração da Justiça. A aplicação dos critérios de seleção dos depoentes tem-se dado de forma intercalada e claramente explicitada, sempre indicando o tratamento técnico da questão, o que é fundamental para legitimar um projeto de memória institucional.

Uma vez degravadas pelo Departamento de Taquigrafia do Tribunal de Justiça, as entrevistas são também textualizadas. Por meio do processo de textualização, que implica a adaptação da linguagem falada à linguagem escrita, não apenas são eliminados os assim chamados "vícios de linguagem", como também se ajusta a composição frasal, tomando-se todos os cuidados necessários para não operar qualquer interferência no conteúdo. Nossa experiência tem demonstrado que, de um modo geral, ao se lidar com segmentos de alto nível de instrução, como é o caso da Magistratura e dos servidores judiciários, não apenas há uma expectativa dos depoentes no sentido de receber a entrevista com boa apresentação formal, como ainda a textualização mais elaborada termina constituindo-se em uma garantia de menor interferência no conteúdo final. A propósito, todas as entrevistas, depois de textualizadas, são remetidas aos depoentes, que podem optar por solicitar alterações no texto (visando a futura divulgação e publicação) ou podem determinar o fechamento de partes ou da íntegra das entrevistas, bloqueando o acesso a elas por consulentes estranhos à equipe do Memorial. Durante o processo de revisão das entrevistas, para a eventual publicação, por parte dos depoentes, fatalmente sobrevêm ajustes de formato que operam interferências, com maior ou menor intensidade, no conteúdo. Desta

forma, a textualização efetuada pela equipe do Memorial tem contribuído para preservar a integridade e a espontaneidade do depoimento original.

As entrevistas coletadas pelo Programa de Memória Oral podem ser encaminhadas para publicação na série Histórias de Vida, que já está no segundo volume, ou na revista Justiça & História, em seção própria para a natureza desses textos. Não podemos avaliar com precisão o impacto que a publicação dessas entrevistas possui sobre os depoimentos ainda por coletar. A demanda pela publicação das entrevistas, antes de completada a coleta do conjunto de depoimentos relacionados surgiu em função da necessidade de apresentação de resultados do projeto de memória institucional e em virtude da herança recebida, pela atual direção do Programa de Memória Oral, de parte da orientação teórica que marcou o início do programa de entrevistas, em 1998.

A entrevista do Ministro Ruy Rosado de Aguiar, aqui reproduzida na íntegra, passou por todos estes critérios técnicos. Lente do meio jurídico gaúcho e atualmente integrando a composição do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Ruy Rosado nos fala, neste depoimento, de temas relevantes às pesquisas desenvolvidas pela equipe do Memorial, como os Juizados Especiais do Poder Judiciário. Também compõe a relação de temas a serem destacados neste depoimento a trajetória pessoal vivida junto ao Gabinete de Pesquisas e Planejamento do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e à Escola da Magistratura.

Gunter Axt, historiador.

## Entrevista

**Entrevistador** - Ministro, o senhor começou sua carreira jurídica no Ministério Público, em 1963, não é?

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - Exato.

**Entrevistador** - Como foi essa experiência no Ministério Público, em que Comarca foi esse início?

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - Comecei em 30 de novembro de 1963, em Três de Maio, Comarca que escolhi por ser próxima de Santa Rosa, onde exercera a advocacia logo depois de formado e onde me casei. Depois fui promovido para Santiago, e ali permaneci um ano, pois naquele tempo havia limite de tempo mínimo na Comarca, e então fui transferido para Santa Rosa. Fiquei em Santa Rosa até completar o tempo da 2ª entrância, fui promovido para Erechim e depois Canoas e Porto Alegre. Minha vida de Promotor no interior passou-se nessa Região do Alto Uruguai e Missões. É valiosa a experiência adquirida nessas mudanças de cidade em cidade, que nos permite conhecer a diversidade da formação do Estado: Santa Rosa é uma comunidade, principalmente, de origem alemã, Erechim foi construída por filhos de imigrantes em sua maioria italianos, Santiago é típica representante da nossa campanha. Cada região tem questões jurídicas bem específicas, e esse conhecimento muito ajuda a quem depois vai trabalhar no segundo grau.

Naquele tempo, a Promotoria atraía muitos porque era possível advogar. Porém, logo no começo vi ser incompatível o exercício da advocacia com o do Ministério Público, porque nunca se sabia ao certo a razão da procura, se se atribuíam mais à condição de advogado ou à de Promotor. Era muito complicado. Então, por pouco tempo exerci a advocacia.

Desde que fui para Santa Rosa, dediquei-me também ao ensino superior, lecionando Direito Constitucional na Faculdade de Santo Ângelo. Depois, na Unisinos e na Faculdade de Direito da UFRGS, Direito

Penal; nos últimos tempos, trabalhei no Mestrado em matéria de Direito Civil, do que me ocupo até hoje.

Quando fui para Canoas, comecei a trabalhar também na Assessoria do Procurador-Geral, na época chefiada pelo Dr. Lauro Guimarães. Promovido para Porto Alegre, mesmo depois de Procurador, sempre estive próximo à Assessoria da Procuradoria, formal ou informalmente.

**Entrevistador** - O senhor chegou a vivenciar aquele episódio, em Porto Alegre, em que o Procurador-Geral que antecedeu o Dr. Lauro, o Dr. Peri Condessa, pediu exoneração da função por discordar da política salarial, ao final do Governo Perachi Barcellos?

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - Sim. Embora eu não estivesse em Porto Alegre naquele momento, pois para lá fui no tempo em que já era Procurador-Geral o Dr. Lauro Guimarães, acompanhei aquele episódio.

Em Porto Alegre, trabalhei na Assessoria do Procurador, fui promovido a Procurador e officiei em Câmaras Cíveis. Ainda quando Promotor na 4ª entrância, atuava na Vara da Fazenda Pública, emitindo pareceres em mandados de segurança, sobre Direito Fiscal e Direito Administrativo, temas ligados ao Direito Constitucional, que então lecionava.

Quando passei a Procurador, atuava no Tribunal de Alçada. Participei da instalação da Terceira Câmara Cível, Drs. Alfredo Zimmer, José Barison e Ney Ahrends. Fiquei alguns anos como Procurador nas Câmaras Cíveis e, em 1980, fui então nomeado para o Alçada, na vaga do quinto.

**Entrevistador** - Agora, ainda no Ministério Público, o senhor foi o criador do GAPP, o Gabinete de Assessoria.

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - Quando estava na Assessoria, apenas sugeri a criação do GAPP, Gabinete de Pesquisa e Planejamento, que hoje figura na Lei do Ministério Público. Por designação do Procurador-Geral, cuidei com os demais colegas da implantação de um organismo dentro da Procuradoria que tivesse a função de fazer pesquisa jurídica, auxiliando o trabalho dos Promotores e Procuradores, divulgando a matéria jurídica, e também se preocupasse com o planejamento da instituição, que pensasse o seu futuro. Na época não tínhamos Internet, não havia facilidade de acesso à informação, à jurisprudência dos tribunais, nem sequer às leis (quando estava em Santa Rosa, solicitei à Procuradoria informação sobre uma lei que regulava as telecomunicações, para dar parecer em mandado de segurança impetrado pela Rádio local. Informaram que sim, a lei existia, mas era muito extensa e por isso não me mandavam cópia). O Gabinete fez muitas pesquisas temáticas sobre temas que envolviam a atuação do Ministério Público. Fazíamos publicações, pequenos livretos chamados de "Sumários", que eram distribuídos aos Promotores. O GAPP foi projetado também para acompanhar a legislação, isto é, manter a Procuradoria informada do que estava sendo discutido no Congresso Nacional em matéria de novas leis de interesse para a atividade do MP.

Lembro que o funcionamento desse Gabinete dependia da disponibilidade de servidores, na época, em número muito pequeno no quadro do MP (hoje o MP está rico, proporcionalmente dispõe de mais recursos que o Judiciário). Para viabilizar o projeto de instalação do serviço, o Procurador João Barcellos, então Chefe da Assessoria, levou pessoalmente ao Governador Sinval Guazzelli um ofício pedindo autorização para contratação excepcional de sete pessoas pela CLT, o que foi autorizado. Com isso, foi feita a admissão do pessoal, precedida de concurso para a avaliação de capacitação. Foram colocados avisos nas Faculdades de Direito - havia a PUC, a UFRGS e a Unisinos - informando

aos acadêmicos do Direito que poderiam candidatar-se ao trabalho. Eles fizeram concurso, selecionados os sete primeiros. Alguns estão lá até hoje, outros passaram em concurso para Promotoria ou Magistratura. Estou informado de que o GAPP continua funcionando, e bem, o que é gratificante.

Depois, quando estava no Tribunal de Justiça, participei de um trabalho semelhante, quando Presidente o Des. Oscar Gomes Nunes, e Assessor da Presidência o Dr. Antônio Dall'Agnol, todos nós interessados em organizar um serviço de assessoria que pudesse acompanhar a jurisprudência do Tribunal, manter informadas as Câmaras a respeito do que estava sendo decidido, mediante a divulgação de um informativo interno. Organizou-se a jurisprudência do Órgão Especial sobre os temas de sua competência, especialmente das ações de inconstitucionalidade, para manter certa uniformidade nos julgados. Também era coletada a jurisprudência do STF e referidos os casos do Rio Grande do Sul lá julgados. Uma lei criou cargos especiais, técnicos judiciários, pelo que lembro, de provimento efetivo, mediante concurso público. Depois do concurso, houve um curso de preparação dos aprovados, pessoas altamente qualificadas, para atuar especificamente nesta área de elaboração de ementas e capacitadas para a interpretação de acórdãos. Montou-se um serviço que chegou a funcionar por dois ou três anos. Depois houve, por parte da Administração, a intenção de aproveitar aqueles técnicos em outros serviços de assessoria, e o grupo foi desmontado. Isso foi realmente lamentável, porque se deixou de ter, então, dentro do Tribunal, um órgão incumbido de fazer pesquisa de jurisprudência, de doutrina e de assessoramento aos julgadores, o que é muito importante.

Aqui no Superior Tribunal, por exemplo, temos funcionários que acompanham todas as sessões de julgamento, anotam as decisões que estão sendo tomadas e, em função disso, organizam informativos

internos e externos, para que todos fiquem sabendo o que está sendo discutido em uma Turma ou na outra. Eles organizam a nossa jurisprudência e a classificam conforme seus pontos de contato ou de divergência. Também sugerem a elaboração de súmulas de matéria pacificada. O resultado é proveitoso.

**Entrevistador** - O GAPP tinha, na época, funções políticas, de relacionamento institucional com outros Poderes?

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - Não, era um órgão de funcionamento interno, voltado apenas para a pesquisa e para o planejamento. Na verdade, essa função de planejamento ficou sempre muito diminuída e foi pouco exercida, porque a dedicação maior terminou dirigida para a pesquisa jurídica.

**Entrevistador** - E como é que foi a sua nomeação para o Alçada, em 1980? O senhor já era Procurador na época?

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - Quando criaram cargos novos no Alçada, parece que sete novos cargos, uma das vagas era para um Promotor e a outra do Quinto, para Advogado, que foi preenchida pelo Dr. Ernani Graeff. Eu entrei no Quinto do MP. Trabalhei um ano em uma Câmara Criminal e, depois, quatro anos na 3ª Câmara Cível.

**Entrevistador** - Como era a atividade jurisdicional no Alçada?

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - Em quantidade, era bem menor da que é hoje aqui do Superior Tribunal. A competência cível era interessante e variada, desde questões possessórias, direito bancário, direito civil de um modo geral, excluindo falência, matéria de família e sucessões, que eram questões para o Tribunal de Justiça. Foi uma época muito interessante, um convívio muito bom. O Tribunal de Alçada era um órgão relativamente pequeno, novo ainda, bem organizado.



**Entrevistador** - Existiam conflitos de jurisdição ou jurisprudência entre o Alçada e o Justiça na época?

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - Não, muito pouco, pois a distribuição era por temas; bastava fazer a exata classificação para que se soubesse a quem caberia o julgamento do recurso. Algumas vezes surgiam conflitos, as chamadas dúvidas de competência, resolvidas pelo Tribunal de Justiça, mas não eram em grande quantidade. Mas isso nunca foi motivo para dificuldades, tanto assim que sempre fui favorável à existência do Tribunal de Alçada. Preferia, em vez de reunir os dois Tribunais, que fossem criados outros Tribunais de Alçada, diversificados pela sua competência, instalados no Interior, se fosse o caso. Penso que atenderia mais a necessidade da prestação de serviço.

Uma descentralização talvez seja muito mais adequada ao tempo de hoje do que a centralização, reunir em um único órgão toda a jurisdição do 2º grau, que tende a aumentar cada vez mais. Um órgão, quanto maior, mais difícil é de ser administrado e mais difícil será manter a unidade de entendimento e de interpretação.

Então, parece-me que, em vez de reunir os Tribunais, seria mais conveniente exatamente o contrário, aumentar a descentralização. O Alçada só tinha função jurisdicional, porque nunca exerceu nenhuma função administrativa. Isso desobrigava, então, todos os seus membros - salvo o seu Presidente - de qualquer outra atividade que não fosse cuidar dos processos, por isso sempre foi um Tribunal muito bem conceituado como prestador de serviço, eficiente, competente, ágil. A própria administração do Tribunal era mais fácil de ser levada e mantida em grau de eficiência, do que no Tribunal de Justiça, onde há muito maior número de atribuições, funções, necessidades, o que torna complicada a sua administração. No Justiça, há a necessidade de administrar o Tribunal propriamente dito, e ainda gerenciar toda a estrutura da Justiça do

Estado, cartórios, varas, comarcas, prédios, servidores, magistrados, etc. Há também a função política do próprio exercício da Chefia do Poder Judiciário, a escolha de listas, concursos, recursos administrativos, processos administrativos, punições, etc, enfim, tudo o que compete a um órgão de cúpula. Um Tribunal que não tem essa função, que só tem o encargo jurisdicional, evidentemente fica muito mais liberado para a função jurisdicional do que o outro, em que essas coisas se misturam. Está aí, penso eu, uma das causas da funcionalidade dos Tribunais de Alçada, o que se perdeu com a unificação.

**Entrevistador** - Em 1975 o senhor foi promovido para o Justiça. Foi promovido como? Na vaga do Quinto também?

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - Na época, quando criaram cargos novos no Tribunal, foram constituídas duas novas Câmaras, a 5ª e a 6ª, e, nesse grupo, fui nomeado na vaga do Quinto. Naquele momento, havia certa controvérsia sobre se era possível nomear um que já era do Tribunal de Alçada para o Tribunal de Justiça na vaga do Quinto ou se o que estava no Alçada e já era considerado Magistrado, perdia aquela origem e já não podia mais integrar a lista do Tribunal de Justiça. E, se ele poderia integrar a lista como Magistrado ou não, e então ficaria sem acesso ao Tribunal de Justiça.

A controvérsia era grande, havia ações inclusive correndo no Supremo Tribunal, mas no momento em que eu fui nomeado, essa questão não foi suscitada e fui promovido na vaga do Quinto. Isso foi em 1985. Foram constituídas a 5ª e a 6ª Câmaras, com competência cível, formando o 3º Grupo Cível.

**Entrevistador** - Como foi essa passagem pelo Justiça? No Justiça, o senhor chegou a ficar um período na Corregedoria-Geral e também saiu da Corregedoria-Geral para assumir a 2ª Vice-Presidência?

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - No Justiça, gostava muito do trabalho das comissões: a Comissão de Informática, Comissão de Regimento, Comissão do COJE. É a oportunidade que se tem de conhecer a estrutura do Tribunal e de algum modo participar dos seus trabalhos.

Em 1992, fui nomeado Corregedor, cargo que exerci durante dois anos.

Foi um período muito rico, uma experiência significativa, pois serviu para conhecer e ter contato com toda a Justiça do 1º Grau, com o serviço administrativo que se desenvolve fora do Tribunal. Lembro o trabalho de apoio aos Juízes novos, que passam pelo estágio junto à Corregedoria, onde há um grupo de servidores de excelente qualidade, quinze Juízes-Corregedores, que é o que se pode ter de exemplar dentro da carreira, pela qualificação, pela dedicação. Também é muito importante o acompanhamento do trabalho jurisdicional prestado nas comarcas, para verificação de alguma dificuldade ocorrente e tratar das soluções possíveis. O Judiciário deve ter mecanismos para superar ou amenizar as deficiências materiais e de pessoal, pois o jurisdicionado, que nada pode e muitas vezes nem tem condições de reclamar, é que não deve sofrer as consequências de defeitos sanáveis. A Corregedoria é o órgão que pode dar solução para isso.

Assim, lá eu tive muito trabalho, mas também muita satisfação. Pude ali conhecer as dificuldades do Judiciário, o que se pode fazer para melhorá-lo, quais são nossos entraves. Pude ver também o que pode ser feito de bom e o que tem sido feito pela Magistratura do Rio Grande do Sul, cuja qualificação e prestígio junto à população servem de exemplo ao país.

Nesse tempo, era Presidente o Des. José Barison. No final, fui eleito para a 2ª Vice-Presidência.

**Entrevistador** - Foi em 1994 isso, o senhor assumiu a 2ª Vice-Presidência, e logo a seguir...

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - A eleição penso que ocorreu no final de 1993 para a 2ª Vice, e fiquei no cargo dois, três meses, porque, em abril de 1994, assumi no Superior Tribunal.

**Entrevistador** - Quando o senhor entrou no Justiça, foi perceptível o impacto dos processos constituintes nacional e estadual no Tribunal? A Magistratura se envolveu de alguma forma, junto à Assembléia Legislativa, no processo constituinte? Isso, de alguma forma, foi perceptível?

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - Quando se tratou da Constituição Federal, a AJURIS esteve muito atuante e se fez presente o tempo todo. Quando da constituinte estadual, nós também participamos diretamente na sua elaboração. Na parte referente ao Judiciário, colaboramos no texto. A Constituição foi feita, na parte relativa ao Judiciário, com a participação dos Juízes.

De modo geral, sempre acompanhamos muito a elaboração de leis, propostas de alteração do Código Penal, Código de Processo Penal, Código de Processo Civil. Um trabalho muito intenso, nem sempre muito produtivo, mas sempre propondo algo nessas matérias.

**Entrevistador** - Isso, sobretudo, por intermédio da AJURIS?

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - Por intermédio da AJURIS, bem como do próprio Tribunal.

**Entrevistador** - Eu tinha curiosidade de lhe perguntar isso porque, em alguns momentos, no processo constituinte, sobretudo no Federal, houve, eu não diria desentendimentos, mas visões diferenciadas sobre o capítulo referente ao Judiciário, posicionando ocasionalmente as

Associações do Ministério Público de um lado e às vezes a AMB e a OAB de outro. Como um Magistrado que chegou ao Tribunal pelo Quinto Constitucional enxergou esse processo? Inclusive, depois de um certo momento do processo constituinte, se constituiu o acordo aqui em Brasília, e essas diferenças foram acepilhadas, e aí se chegou a um denominador comum.

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - O Ministério Público teve uma oportunidade muito grande de se afirmar na Constituinte de 1988. Obteve esse espaço em função do momento político, que era de renovação, e da necessidade sentida pelo Parlamento de criar um órgão que pudesse atender a certos interesses públicos e fazer sua defesa em juízo. E a solução encontrada recaiu sobre o Ministério Público, culminando com uma luta institucional de muitos anos, da qual também participei quando Promotor, em congressos, com teses, escritos, encontros em que se procurava afirmar a importância do Ministério Público, a necessidade de ser independente e de ter garantias para o exercício de suas atividades.

Isso teve eco na Constituinte, até bem mais do que se poderia esperar, e hoje o Ministério Público tem uma significativa posição dentro do Estado. Em outros países, isso não acontece no nível que temos no Brasil, daí por que aumentou também a responsabilidade da Instituição, para que possa dar a resposta que a Constituinte oportunizou, não só na parte criminal propriamente dita, mas em tudo que for do interesse da cidadania: meio ambiente, consumidor, família, menores.

Com relação à atividade das demais associações de classe, a AJURIS sempre teve uma posição de liderança em todo o processo que envolvia o interesse da Magistratura, e, na época, o Des. Milton Martins era o Presidente da AMB. Naquilo que era essencial, sempre houve apreciável concordância e uniformidade de entendimento com as outras

instituições, a OAB, a Associação do Ministério Público. O que os Juízes queriam, e sempre quiseram, foi preservar as suas garantias, indispensáveis para o exercício da função. Lutaram e lutam - pois isso não termina nunca - pela garantia do cargo, pela garantia da independência política, para serem independentes e imparciais, frente aos cidadãos e muito especialmente frente às grandes corporações e ao Estado. Para isso nunca faltou o apoio da OAB.

**Entrevistador** - E a sua passagem pela Escola da Magistratura, na Presidência dessa Escola?

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - A Escola foi criada pela AJURIS, como órgão do Departamento Cultural, cujo Diretor era o Des. Dalello, e eu fui o Subdiretor. Nessa época, foi criada a Escola, que era a estruturação do curso que a AJURIS mantinha havia muitos anos, curso de preparação ao concurso, sempre organizado três ou quatro meses antes da realização dos concursos.

Em função dessa experiência de muitos anos é que depois se organizou a Escola, procurando dar um caráter de definitividade para o tal curso, programando-o para o período de um ano. Foi instalado independentemente de ter ou não concurso, isto é, a programação dele era própria, não dependia de concurso. Aproveitando a experiência anterior, implantou-se a Escola com o objetivo de manter o curso de preparação ao concurso, além de procurar dar auxílio no trabalho de aperfeiçoamento e aprimoramento permanente dos Juízes, bem como para servidores. Foram feitos os regulamentos, organizadas as disciplinas, aproveitamos muito a experiência e a montagem didática dos cursos da Unisinos, que não eram seriados, mas com créditos. Distribuímos, então, o curso de preparação em dois semestres, com matérias gerais no primeiro semestre, com matérias específicas e práticas no segundo, com a

preocupação de qualificar as pessoas, e funcionamos durante muitos anos no "Forte Apache".

Fui um pouco de tudo na Escola: Professor, Supervisor, Vice-Diretor, Diretor. No tempo em que era Presidente da AJURIS o Des. Ivo Gabriel, fui convidado a exercer a Direção. Acompanhei a Escola desde a sua fundação, desde 1980, quando foi organizada, até o dia em que saí. O Des. Dalello foi o seu primeiro Diretor, e depois ele se dedicou à construção do prédio da Escola, que hoje a AJURIS está ocupando.

A Escola é realmente uma realização importante, porque era na época uma iniciativa pioneira na Magistratura, o seu modelo de organização e estrutura serviu de exemplo para as escolas de outros Estados. Foi constituída com uma certa independência dentro do Judiciário como tal, isto é, subordinada à AJURIS, não ao Tribunal. Isso tem a vantagem de permitir a independência diante da estrutura oficial do Judiciário e tem a dificuldade de não poder, por causa disso, receber verbas públicas, mas ela consegue manter-se na medida em que tem a renda dos cursos de preparação.

Naquele tempo, algumas coisas aconteceram com certo interesse. Uma foi o curso que se organizou para os estenotipistas. Certo dia, o Presidente do Tribunal, Des. Boeckel Velloso, chamou-me e perguntou se estava disposto a ir a São Paulo ver como funcionava a estenotipia no Judiciário de São Paulo. Eu fui a São Paulo e tive contato com o Presidente do Tribunal e com o então Juiz Sidnei Benetti, encarregado do serviço de estenotipia que funcionava nas Varas Criminais.

A partir daí, a Escola organizou um curso de estenotipista; formou-se o primeiro grupo, todos muito dedicados, adquirimos as máquinas, e começou a funcionar o serviço junto a algumas Varas. Mais tarde, tratou-se de instalar máquinas acopladas ao computador. A

estenotipia, enquanto não for possível adquirir máquina que converta diretamente a voz em texto escrito, é instrumento indispensável para agilizar o trabalho desenvolvido em audiência, muito útil para os júris, pela autenticidade dos depoimentos. Eu acredito que esteja funcionando até hoje. Soube que compraram máquinas eletrônicas estrangeiras.

Lembro de cursos à distância para os servidores. O Tribunal tem servidores lotados em todos os principais Municípios do Estado. Então, para aperfeiçoá-los, ou mandávamos professores às comarcas ou chamávamos todos os servidores para a Capital. A melhor solução parece ser a de deixar todos em seus lugares e usarmos o correio para ministrar cursos à distância. Com isso, tivemos possibilidade de acesso a grande número de pessoas com pouco gasto. O Tribunal pagava a nossa despesa de correio. De tempos em tempos, havia uma reunião em Porto Alegre, para o contato com os professores. Obtivemos grande resposta com isso, centenas de pessoas interessaram-se pelos mais variados cursos, e a permanência nestes era significativa, muito acima da média de permanência em cursos à distância.

Parece-me ser esse um bom caminho para o ensino permanente no Judiciário, para Juízes e servidores. Hoje, podemos usar não o correio, mas a Internet, a televisão, a videoconferência. É uma via que ainda temos que explorar. Na época, havia apenas o correio. Acredito que até hoje deve ter algum curso à distância funcionando. A dificuldade do curso à distância está em montar o programa, o material. Uma vez feito isso, ele serve indefinidamente para muitas pessoas e para muitos cursos, basta atualizá-los.

Também na Escola, uma outra atividade interessante foi o convênio com o Ministério da Justiça, para a implantação do serviço da execução de penas alternativas, penas de prestação de serviços à comunidade. O programa inicial foi elaborado pela Dra. Vera Regina Miller



e pelo Dr. Azevedo, que tinha experiência nesta metodologia de pesquisa de campo. A Escola enviou o projeto ao Ministério da Justiça, que aceitou fazer um convênio com a Escola para pagar as pesquisas necessárias para implantar o sistema.

Recebemos, então, esses recursos. Foram contratados assistentes sociais, que fizeram levantamento na cidade para saber quais as entidades que poderiam acolher pessoas incumbidas de realizar trabalhos comunitários para cumprimento de pena, quais as características de cada instituição, os serviços que poderiam ali ser realizados, as qualificações das pessoas a serem enviadas, etc. Organizou-se um serviço de controle da prestação do serviço que deveria ser acompanhado pela instituição que recebia o apenado e pelo Juiz. Enquanto esse levantamento era feito, o Presidente do Tribunal, Des. Oscar Gomes Nunes, enviou projeto de lei criando cargos na Vara das Execuções, de psicólogos, assistentes sociais e serventuários, integrantes do serviço que iria cuidar dessa pena.

Com os recursos que vieram do Ministério da Justiça, foi realizado o levantamento de campo. A AJURIS pagou tudo o que foi preciso, além dos recursos que nós recebíamos do Ministério, que eram insuficientes. O Des. Osvaldo Stefanello garantiu a continuidade da execução do programa sempre que se esgotavam os recursos do Ministério. A verdade é que, quando tínhamos pronto esse levantamento, já com a experiência adquirida com a execução de algumas sentenças, foi aprovada a lei e nomeados os ocupantes dos cargos junto à Vara da Execução. No Código Penal, a previsão de prestação de serviços à comunidade existia há muitos anos, mas não era aplicada. O fato é que, para que isso pudesse funcionar, era preciso saber para onde mandar as pessoas, quem controlaria o serviço, que tipo de serviço poderia ser prestado, todo um trabalho prévio de organização que, não sendo feito, não permitia ao Juiz tomar a decisão de impor a pena alternativa. Isso

exige um serviço próprio; não é um serviço comum de uma Vara da Execução ou de um cartório.

**Entrevistador** - Qual foi o ano em que isso começou?

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - Acho que foi ali por 1984 ou 1986. O Presidente da AJURIS era o Des. Stefanello, e era Secretária da Justiça a Dra. Rejane Filippi. O convênio foi feito entre o Ministério Público e a Secretaria da Justiça, que nos repassava a verba. Por isso que sei que era a Dra. Rejane.

Disse-me recentemente a Dra. Vera Regina, que agora está no Ministério da Justiça, que há umas trinta centrais trabalhando em todo o País, acompanhando a execução dessas penas, que é uma solução importante. Em vez da impunidade - que resulta da imposição de pena de prestação de serviço à comunidade que, sem acompanhamento, não é de nenhum modo cumprida - e em vez de recolher a pessoa à prisão, o que é inconcebível para o pequeno delito, especialmente em país com o sistema penitenciário que nós temos, a melhor forma para punir o pequeno delito é a da prestação do serviço à comunidade, pois de alguma forma impõe a punição, a evidenciar a necessidade de reprimenda, e, ao mesmo tempo, permite ao condenado ser útil à comunidade, sem privá-lo da liberdade. Penso que isso é muito bom, e a experiência do Rio Grande tem sido usada em outros Estados.

**Entrevistador** - E como V. Exa. vê o papel da Justiça Federal na década de 1990, no período pós-Constituição de 1988?

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - Bem, a Justiça Federal no Brasil cresceu muito nesses últimos anos, basta ver a quantidade de cargos novos que têm sido criados nos últimos tempos, na medida também em que houve a criação dos Tribunais Regionais e a sua organização. Essa implantação dos Tribunais Regionais nos Estados foi

muito importante, e, a partir daí, a constante criação de novas Varas e a sua interiorização, principalmente na Quarta Região (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). A presença da Justiça Federal é cada vez mais marcante; basta dizer que hoje temos milhões de causas tramitando na Justiça Federal.

**Entrevistador** - E aumenta cada vez mais.

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - Sim, e também aumenta cada vez mais a possibilidade de acesso, tendo o cidadão consciência de seus direitos contra a União e suas entidades, fator determinante do acréscimo da demanda.

Agora estamos com os Juizados Especiais Federais funcionando. Na hora em que se conseguir realmente implantar esses Juizados Federais, teremos a certeza de uma resposta rápida e com garantia de uma execução também em sessenta dias. Por isso, há uma expectativa muito grande com relação ao seu funcionamento. A verdade é que a Justiça Federal se estruturou muito bem. Dispondo de recursos federais, tem uma estrutura administrativa e cartorária melhor, de um modo geral, do que a Justiça Estadual. Dispõe de equipamentos, a começar pelos prédios, e de um bom número de funcionários em cada cartório. No nível nacional, talvez seja a repartição pública de melhor nível quanto à organização, qualificação de seus servidores, e equipamentos de informática.

Agora mesmo, passou no Senado uma proposta para criação de mais quatro Tribunais Regionais Federais. Temos lá também um projeto para criar cento e oitenta cargos de Juízes Federais, com a expectativa de que esses possam atender à necessidade da implantação dos Juizados Especiais, que estão apenas no começo. Não se poderia pensar na Justiça do Brasil, hoje, sem a Justiça Federal. E na Justiça Federal, creio que em pouco tempo terá lugar de destaque o sistema dos

Juizados Especiais, com competência para processar mais da metade das causas atribuídas à Justiça Federal.

Faço a referência aos Juizados Especiais porque tenho trabalhado nessa área. Em 1988 ou 1989, assumi a Supervisão dos Juizados Especiais Estaduais no Rio Grande, em substituição ao Des. Adroaldo Fabrício.

**Entrevistador** - Foi em 1982 que começou...

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** — É, em 1982 começou a experiência da AJURIS, informal, da qual participaram Juízes à época, como o Dr. Corte Real, Dr. D'Agostini. Em Rio Grande, o Des. Jardim. Esse trabalho informal terminou impressionando o Governo Federal que elaborou a lei em 1984, organizando os Juizados de Pequenas Causas, no tempo em que era Ministro da Desburocratização o Dr. Hélio Beltrão. Quem realmente acompanhou isso mais de perto e, depois, veio a substituir Hélio Beltrão, foi o Dr. Piquet Carneiro. Ele tratou de vencer as resistências e assim permitiu a aprovação da lei.

Então, foi elaborada essa lei de 1984 em função da experiência informal no Rio Grande do Sul, e assim funcionou até que, em 1988, veio a nova Constituição, determinando a criação dos Juizados Especiais. Os Juizados de Pequenas Causas funcionaram de 1984, até que a Constituição de 1988 criou os Juizados Especiais.

No Rio Grande do Sul foi elaborado um projeto de lei estadual, organizando os Juizados Especiais no Rio Grande do Sul e esse projeto, com algumas modificações, foi enviado ao então Dep. Nelson Jobim, que o apresentou e depois veio a ser aprovado, convertendo-se na parte cível da Lei nº 9.099. E essa Lei nº 9.099 tem duas partes: uma cível, a partir daquele projeto, e uma criminal, e para esta foi usado o projeto apresentado pelo Dep. Temer, elaborado pela Professora Ada Grinover. No

Rio Grande, os Juizados eram administrados por uma comissão de supervisão que acompanhava os serviços desenvolvidos, composta de conciliadores, servidores, advogados, representantes da OAB e do Ministério Público, os Juízes dos Juizados de Porto Alegre, os Drs. Ayres Torres, Jardim, Luiz Felipe. E esse Conselho tinha condições de exercer uma certa orientação e acompanhar o trabalho, avaliar a eficiência, anotar os defeitos, providenciar melhorias, solicitar providências ao Tribunal, etc.

Não participei da criação e da implantação dos Juizados em 1982. Cheguei mais tarde, lá por 1988. O interessante é que, na medida em que se vai aproximando desse trabalho, fica cada vez mais convencido da sua utilidade e da sua importância. É de ver como as pessoas que trabalham no Juizado, servidores, conciliadores, Juízes, terminam se empolgando com aquilo ali. É algo que gratifica. Mostra ser possível prestar justiça em trinta dias.

Por isso, tornei-me um entusiasta dos Juizados. Agora, quando se tratou de implantar os Juizados Federais, participei da comissão que elaborou o projeto de lei encaminhado ao Congresso pelo STJ, e integro a comissão que acompanha a implantação dos Juizados Federais no País. Creio que a verdadeira reforma do Judiciário no Brasil passa por soluções como essa, e não pela alteração de uma ou outra competência de Tribunais. É preciso mudar substancialmente o processo, para que um sistema simplificado permita o recebimento do pleito das pessoas, o encaminhamento dessa pretensão a uma audiência, na qual serão examinadas as alegações, produzidas as provas e dada a solução ao litígio, com a preocupação de resolver o conflito, e poucos recursos. Se não for assim, nosso trabalho judicial sempre será insuficiente e incompleto, gerando essa crítica unânime da sociedade sobre a morosidade da Justiça.

Hoje em dia demora anos, anos, por absoluta incompetência da nossa máquina administrativa e do nosso sistema recursal. Não precisa demorar esses anos todos. É possível prestar justiça com boa qualidade.

Vi isso quando participava dos Juizados no Estado.

**Entrevistador** - Naquela comissão?

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - Sim. Infelizmente, esta comissão acabou sendo desfeita. Não existe mais o Conselho de Supervisão.

Agora, quando se tratou de organizar o Juizado Especial Federal, cuidei de colocar na lei que os Tribunais Regionais deverão escolher um coordenador, entre os seus membros, para que exerça a função de acompanhamento e supervisão dos Juizados.

**Entrevistador** - Por que V. Exa. acha tão importante esta atividade?

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - A da supervisão? Porque o Juizado presta uma justiça diferenciada, que depende de conciliadores, depende de servidor que atenda junto ao balcão. O gerenciamento do sistema depende de uma preocupação com o resultado, passa pela concepção de que o processo pode ser resolvido em um mês ou dois, e não em dez anos, então, essa Justiça precisa de servidores interessados, de conciliadores e de um Juiz que tenha esta idéia, a de que o processo pode ter esse ritmo, um procedimento simplificado e rápido, sem nenhum tipo de formalismo. E, para isso, é preciso que exista, dentro do Judiciário, um acompanhamento especial e que do seu trabalho participem pessoas realmente imbuídas desse espírito. Por isso, o gerenciamento do sistema só pode ser bem feito por um órgão próprio. Se ficar dentro do universo do Judiciário, tende a desaparecer. Por exemplo, se fosse feito pela Corregedoria, o Corregedor têm tantos problemas, está

envolvido com tantos outros assuntos de Juízes e de servidores, que o Juizado passaria a ser um problema secundário, e o meu receio é o de que essa Justiça ou esse modo de pensar a justiça passe a ser considerado como secundário, uma Justiça de segunda categoria, quando, na verdade, penso eu, é o modo de prestar a justiça mais útil para o grande número dos cidadãos. O ideal seria que toda a Justiça acolhesse os mesmos princípios dos Juizados.

**Entrevistador** - Isso significaria repensar a idéia do processo.

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - De todo o Judiciário. Precisamos pensar que a justiça, toda ela, pode ser prestada de um modo desburocratizado, por pessoas comprometidas com o resultado. O importante é a solução do litígio, não a formalidade. Isso precisa passar por todo o universo jurídico do Brasil, mudar a cabeça das pessoas, mudar a cabeça do legislador, mas não é fácil.

**Entrevistador** - Há uma tradição de séculos.

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - Portuguesa, há também muitos interesses para que permaneça assim.

**Entrevistador** - Ministro, eu já sei que estou monopolizando bastante seu tempo, mas, ainda a propósito dos Juizados Especiais, tenho uma curiosidade particular. Como é que o senhor vê a emergência do Juiz Leigo em uma época em que a figura do Juiz Leigo cada vez aparece menos dentro da estrutura do Judiciário? Se formos pensar como era a prestação da Justiça no Império, a importância que o Juiz de Paz teve num determinado momento, e depois o Juiz Distrital, a figura do Juiz Leigo vem declinando na história do Judiciário e de repente ela ressurgue nos Juizados Especiais. Como é que o senhor vê isso?

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - Vejo como a retomada de uma idéia boa que se perdeu durante muito tempo. Se tu analisares a



história da Justiça no Rio Grande - eu sei porque meu pai foi Juiz Municipal -, verá que havia, em todo pequeno Município, um Juiz Municipal. Muitas vezes nem era bacharel em Direito. Meu pai foi nomeado Juiz quando ainda estudante do segundo ano. Esse Juiz Municipal exercia certas atividades, com competência limitada, mas estava ali, próximo da comunidade. Talvez a sua função de conciliador, disposto a ouvir reclamações, dar conselhos e atender pessoas, era tão ou mais importante do que a de julgar processos, porque esses eram até poucos.

Além desse Juiz Municipal em cada cidadezinha - Iraí, onde eu nasci, onde meu pai era Juiz Municipal, devia ter, na época, mil habitantes, nem isso -, havia o Juiz da Comarca, com sede nas cidades maiores da região, que julgava os recursos das decisões desses Juízes Municipais e aquelas causas que os Juízes Municipais apenas instruíam e não julgavam. Esse Juiz Municipal tinha um suplente, que era um cidadão leigo que assumia na falta do titular e tocava os processos. Tínhamos, então, uma Justiça presente em qualquer pequena comunidade, sem maior custo e com a concepção de que uma pessoa de bom-senso pode exercer a função sem maior prejuízo.

Se você apanhar mais atrás ainda a experiência do nosso Juiz de Paz, verá que ele exercia função importante na comunidade. Na medida em que foi aumentando a estrutura do Judiciário e também a sua profissionalização, o leigo foi ocupando cada vez menos espaço e se perdeu a sua memória.

A reintrodução do Juiz Leigo é uma maneira de aproveitar esta possibilidade de prestar justiça por outras pessoas que não especificamente o Juiz Togado. E como Juízes Togados temos poucos, porque para montar toda a estrutura que o atenda temos de ter cartórios, servidores, prédios, etc, devemos pensar em um Juízo presidido por um



togado, auxiliado por Juízes Leigos, pessoas competentes, muitas vezes bacharéis que podem participar deste trabalho de distribuir justiça.

Quando se tratou de elaborar a Lei do Juizado Especial Federal, a proposta que saiu do Superior Tribunal contemplava os Juízes Leigos e os conciliadores; mas, quando chegou no Congresso, o projeto já não previa essa figura. Houve uma resistência à figura do Juiz Leigo, também presente em muitos Estados, de parte dos advogados e dos próprios Juízes. Houve alguns abusos, seja com a remuneração de pessoas escolhidas sem concurso, seja com a extrema e indevida delegação de poderes. Excluídos os excessos, a solução é boa e permite expandir o serviço, com maior facilidade para a realização das audiências e principalmente para cumprimento das pautas, pois um Juiz pode presidir simultaneamente diversas audiências conduzidas por Juízes Leigos.

Se o Judiciário não se aperceber da gravidade do problema e não encontrar soluções para dar a resposta que dele a sociedade espera, essa mesma sociedade encontrará outras alternativas fora do Judiciário, de que é bom exemplo a lei que disciplinou a arbitragem, hoje sendo organizada no Brasil pelas associações comerciais. Recente medida provisória excluiu do Judiciário o julgamento de causas sobre financiamento imobiliário. Ora, não será bom para o Brasil que a justiça seja prestada por órgãos instituídos nas associações de classe, que tem evidentemente certos interesses, que podem não coincidir com o interesse público, por órgãos que nem mesmo estão comprometidos com a realização da justiça de modo independente e imparcial. Evidentemente que os Juizados Arbitrais não terão independência necessária para o julgamento das demandas, e dessas decisões sequer caberá recurso do Judiciário. No momento em que se permitir que os contratos de adesão sejam julgados por Juízes Arbitrais, haverá grave perda de justiça. É o risco que estamos correndo exatamente porque o próprio Judiciário não está encontrando as soluções adequadas, nem dispensando para o

problema a atenção que ele merece, deixando-se que a prestação da justiça fique a cada dia mais difícil, custosa e demorada, como se isso necessariamente devesse ser sempre assim, quando não é.

O ideal seria que tivéssemos um Juiz togado em todos os lugares, na quantidade necessária, que cada um pudesse atender e julgar em trinta dias. Isso seria o ideal, mas nós não temos estrutura para isso, não temos recursos para isso, o Brasil é um País pobre. Portanto, devemos encontrar soluções que possam conciliar a demanda com a necessidade de prestar justiça ainda em tempo útil, e de modo competente, se possível por um órgão jurisdicional, que é a garantia última do cidadão. Sem solução no Judiciário, as pessoas terminam encontrando outra, fora do Judiciário.

**Entrevistador** - O senhor gostaria de deixar mais alguma coisa consignada neste depoimento?

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - Eu gostaria de cumprimentar vocês pelo trabalho que estão fazendo, muito importante para registrar os fatos que fizeram o dia-a-dia do Judiciário. Se esses depoimentos, por exemplo, não são recolhidos, não são analisados, não são objeto de estudo, as informações terminam-se perdendo no tempo. Os arquivos judiciais também são ricos repositórios da nossa história. Vocês podem fazer a catalogação dos próprios processos e até eventualmente começar a usá-los como instrumento de pesquisa sobre o tipo de ações que havia em certa época, o tipo de crime, o tipo de soluções dadas, etc.

O nosso Lenine Nequete pesquisou a história da escravidão na jurisprudência dos tribunais.

**Entrevistador** - Maravilhoso esse livro; por sinal, acho que não existe outro livro que tenha dado sequência a essa forma de abordagem que ele fez, é um livro meio único.

Mas eu acho que o senhor está correto, principalmente essa é a idéia do Memorial, até porque o Brasil tem uma tendência de privilegiar muito o estudo do Poder Executivo, a trajetória do Poder Executivo; em segundo plano, vem o Legislativo, e, do Judiciário, quase não se fala.

Nesse ponto, nós somos muito diferentes dos Estados Unidos, onde se entra numa livraria e se encontram prateleiras e prateleiras sobre a história do Judiciário americano, principalmente histórias de processos, etc. Salvo raras exceções, este não é um hábito na historiografia brasileira. Daí a importância desse investimento que o Judiciário tem feito no Memorial, financiado pesquisas com independência, com autonomia de recursos.

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - É interessante. Quando na Faculdade de Direito, a FAPERGS destinou bolsas de iniciação científica para fazer pesquisas de campo nos Juizados, a fim de saber como funcionavam, que tipo de ações, a reação das pessoas, o comportamento das pessoas que nele atuavam, críticas, funcionamento, etc. Um delas está até publicada. A investigação que o Memorial faz pode permitir maior conhecimento sobre isso.

**Entrevistador** - Também como funcionava o Judiciário no passado, até para entender o funcionamento do Judiciário na contemporaneidade, porque é o Poder que se organiza de uma forma específica e que exige uma maneira específica de encarar as coisas.

**Min. Ruy Rosado de Aguiar Júnior** - É interessante, os livros também, de um modo geral. Eu observei nas visitas às Comarcas que, de um modo geral, não havia cuidado com os livros nas comarcas,

documentação a respeito da qual nunca houve preocupação em manter e conservar. Creio que uma cópia de todos os livros das Comarcas deveria ser recolhida à Biblioteca do Tribunal, agora mais apropriadamente para o espaço reservado ao Memorial. O arquivo do Judiciário, de um modo geral, sempre foi visto como um problema, não como algo que devesse ser cuidado; um problema, porque ocupava espaço. Há alguns dias alguém estava dizendo que a documentação judicial já ocupa pelo menos 20% do espaço físico dos foros. A própria questão de saber o que deve ser conservado e o que pode ser eliminado, tudo isso ainda está em aberto, é um tema atual, e o Memorial poderá ajudar a solucioná-lo.